
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ÍNDICE

A Rede Urbana e as Regiões Metropolitanas II.....	2
Metropolização e Desmetropolização.....	2
Diversos Critérios de Urbanização.....	2
Os Aglomerados Urbanos do País.....	2

A Rede Urbana e as Regiões Metropolitanas II

Metropolização e Desmetropolização

Um dos fenômenos urbanos brasileiros de maior expressão e importância das últimas décadas do século XX foi o surgimento das metrópoles. Estas são cidades que, além de possuírem uma grande população, oferecem uma gama de atividades e serviços somente encontrados nelas.

Sem dúvida, o principal fator que levou a esse desenvolvimento foi o intenso processo de industrialização pelo qual passou essas metrópoles, destacando-se São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, essas cidades começaram a apresentar diversos problemas e, nos últimos anos, a principal tendência urbana do país é a participação decrescente das regiões metropolitanas, como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, na população do país. Por isso se fala em desmetropolização ou involução metropolitana.

A partir do final da década de 1960 e, principalmente, nas décadas seguintes, pôde-se perceber que a população das regiões metropolitanas cresce em uma velocidade menor do que o restante da população urbana do Brasil. Isso ocorre, porque parte dos fluxos migratórios, que antes se dirigia para as regiões metropolitanas, está se deslocando para outros centros urbanos, em razão da nova dinâmica espacial da economia brasileira.

Esse processo urbano tem provocado uma distribuição da população pelo sistema urbano brasileiro. A ampla difusão dos elementos mais modernos por todo o território nacional, devido à globalização e à ampliação do espaço econômico do país, e a inclusão digital de expressiva parte da população, inclusive de cidades pequenas e de cidades médias, ajudam-nos a entender a tendência de desmetropolização vivida pelo Brasil.

Diversos Critérios de Urbanização

Não é fácil chegar a uma boa metodologia para classificar a população de um país ou de uma região em moradores de zona urbana e / ou rural. No mundo, são usados vários critérios, e, por isso, alguns países podem considerar como moradores urbanos o que outros considerariam como população rural. Para a ONU e para a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), um núcleo de moradores só pode ser considerado urbano quando mais de 85% da população vivem em uma área com densidade demográfica igual ou superior a 150 habitantes por quilômetro quadrado. A maioria dos países utiliza como parâmetro a densidade demográfica para essa classificação.

Os Aglomerados Urbanos do País

A preocupação com o planejamento em âmbito local, por parte da instância federal do Estado, pode ser considerada inédita, apesar de, no passado, terem existido episódios isolados de planejamento integrado.

A iniciativa resultou de um debate público, ocorrido principalmente na esfera acadêmica, que estimulou o desenvolvimento do planejamento urbano no país e uma mudança de sua conceituação teórica. Tal percurso se inicia com a definição, na Constituição de 1988, da função social da propriedade privada urbana e da promulgação, em 2001, do Estatuto das Cidades, que determina, por exemplo, que todas as cidades com mais de 20 mil habitantes necessariamente possuam planos diretores até o ano de 2006, embora hoje saibamos que tal fato não se concretizou.

Um trabalho realizado em 1999 pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para estudar o tamanho do Brasil realmente urbano, concluiu que existiam no país 12 aglomerações metropolitanas, onde residiam 33,8% da população, 37 aglomerações não metropolitanas (13,4%) e 77 núcleos com mais de 100 mil habitantes (9,5%). Esses centros urbanos totalizavam 455 municípios (8,2% do total), que somavam 96,3 milhões de pessoas (57% da população). Havia também 4 485 municípios (81,4%), onde viviam 30% dos brasileiros, que eram essencialmente rurais. Os 567 núcleos restantes, com 13% da população, estavam no meio-termo (nem totalmente urbanos, nem totalmente rurais).

Uma região metropolitana ou área metropolitana consiste em uma área composta por um núcleo urbano densamente povoado e por suas áreas vizinhas menos povoadas. Este aglomerado urbano partilha indústrias, infraestruturas e habitações.

As áreas metropolitanas geralmente são oficializadas por legislações locais e compreendem várias jurisdições e subdivisões diferentes, como municípios, bairros, distritos, cidades, condados e até mesmo estados (esse último caso recebe a denominação RIDE no Brasil).

Conforme as instituições sociais, econômicas e políticas mudaram, as áreas metropolitanas se tornaram regiões econômicas e políticas fundamentais. As regiões metropolitanas incluem uma ou mais áreas urbanas, bem como cidades-satélites e áreas rurais que estão conectadas ao urbano núcleo central, geralmente medido por padrões migrações pendulares.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 deixa a cargo dos estados a instituição de Regiões Metropolitanas que seriam “constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”. Assim, é facultado aos estados a criação de regiões metropolitanas, através de leis complementares, para gerir os recursos econômicos e sociais do estado. De modo geral, as regiões metropolitanas constituem um espaço que tem por objetivo realizar tarefas públicas que exigem a cooperação entre os municípios, como os serviços de saneamento básico e de transporte coletivo, legitimando, em termos político-institucionais, sua existência.